



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

Processo n.º: 410.000.739/2016
Interessado: Secretaria de Estado de Planejamento Orçamento e Gestão
Assunto: Contratação de serviços contínuos de dedetização

Considerando o Memorando n.º 003/2016-NUCLIM/GEMAP/DIGEPRO/SEPLAG de fls. 2-3, o Termo de Referência e seus anexos de fls. 17-29, o Pregão Eletrônico n.º 036/2015-SULOG/SEGAD de fls. 7-36, a Ata de Registro de Preço de fls. 37-45, a Declaração de Orçamento de fl. 51, a Nota N.º 228/2016-Assessoria Jurídico-Legislativa/SEPLAG de fls. 122-124, bem como os ditames da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, **AUTORIZO** a celebração do contrato com a empresa W&E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA-ME, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização: desinsetização, desratização, descupinização, combate e controle de pragas urbanas, nas unidades da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão- SEPLAG do Distrito Federal, conforme especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º 036/2015 - SULOG/SEGAD de fls. 22-27, o remanejamento de área de fls. 52-56, do Termo de Referência de fls. 17-29 e da Proposta de fls. 68-69, que passam a integrar o presente Contrato, no valor anual estimado em **R\$ 5.450,72 (cinco mil quatrocentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos)**, com vigência a partir de sua assinatura.

DETERMINO, ainda, a apresentação da garantia contratual na forma prevista pelo art. 56, da Lei n.º 8.666/1993, e na Cláusula Nona do Contrato.

Restituam-se os autos à SUAG, para as demais providências administrativas cabíveis.

Folha nº	127
Processo nº	410.000.739/2016
Rubrica	269067-5
Assinatura	

Brasília - DF, 13 de julho de 2016.

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS
Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

Folha Nº: 128
Proc. Nº: 410.000.739/2016
Rub. 8 Mat. Nº 263CGT-5

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS N.º 010/2016-SEPLAG, NOS
TERMOS DO PADRÃO N.º 04/2002.

PROCESSO Nº 410.000.739/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**, portadora da cédula de identidade RG n.º 973748, expedida pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 490.644.281-15, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, e de outro lado a empresa **W&E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA-ME**, com sede na SHCS –Quadra 205 –Bloco “C” loja 15 – Cruzeiro Novo/DF, CEP 70650-253, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.283.260/0001-35, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por **HUGO FLÁVIO RIBEIRO SILVA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG M-8.080.510, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 031.574.416-20, na qualidade de Diretor Comercial e Procurador da empresa.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato tem procedimento sediado no processo administrativo nº 410.000.739/2016, onde se destacam: o Termo de Referência de fls. 17 a 29 a Proposta de fls. 68 a 69, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 036/2015-SULOG/SEGAD de fls. 7 a 36, a Ata de Registro de Preços nº 020/2015 de fls. 37-45, e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização: desinsetização, desratização, descupinização, combate e controle de pragas urbanas, nas unidades da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão– SEPLAG, de acordo com as condições e especificações constantes do Termo de Referência de fls. 17 a 29, a Proposta de fls. 68 a 69, do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

036/2015-SULOG/SEGAD de fls. 7 a 36, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme detalhamento a seguir:

Objetos do Edital					
Item	Quant.	Unid.	Especificação	Estimativa Unit.	Estimativa Total
1	4	Serv.	SERVIÇOS DE CONTROLE DE PRAGAS URBANAS Descrição: Desratização, dedetização, descupinização e desalojamento de pombos. Código do item: 3.3.90.39.78.02.0001.0000007-01	R\$1.362,68	R\$5.450,72
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica					

3.1 Da especificação do Objeto:

3.1.1 Os serviços serão executados nos próprios administrados pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, compreendendo suas áreas internas e externas, nos endereços abaixo discriminados:

Local de execução	Endereço
Edifício Anexo do Palácio do Buriti	Zona Cívico Administrativa – Praça do Buriti
Edifício Diretoria de Gestão de Frotas	SGON – Quadra 05 – Lote 23
Edifício de Depósito de Bens Inservíveis	SIA – Trecho 01 – Lote 460/490
SUPPE	SHIS QI 11 CJ 09 CASA 09 – Lago Sul
Escola de Governo do DF	SGON A/E 01 Qd 01
Subsaude	SCS Qd. 09 Lote C Torre A Ed. Cidade Corporate 1 Sub Solo

3.1.2 As dimensões das instalações onde deverão ser executados os serviços objeto do Termo de Referência são:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

Folha N°: 129
Proc. N°: 410.000.739/2016
Rub. 8 Mat. N° 283067-5

Imóvel	Área Interna (m ²)	Área Externa (m ²)	Área Total (m ²)
Edifício Anexo I do Palácio do Buriti	26.175,93	7.117,10	33.293,03
Edifício da Diretoria de Gestão de Frotas	11.539,13	17.431,62	28.970,75
Edifício do Depósito de Bens Inservíveis	2.676,70	5.323,30	8.000,00
SUPPE	513,50	425,11	938,61
Escola de Governo do DF	4.138,48	661,59	4.800,07
Subsaude	1.745,00	120 (referente ao arquivo deslizando)	1.865,00
Área total (m ²)			77.867,46

3.1.3 Os serviços objeto do Termo de Referência são: desinsetização, desratização, descupinização, combate e controle de pragas urbanas, nas dependências dos edifícios da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, localizados nos endereços indicados no item 3.1 (áreas internas e externas), com emprego de mão-de-obra qualificada e capacitada para a plena execução dos serviços, fornecimento de materiais e produtos de alta qualidade, ferramentas, utensílios e equipamentos.

3.1.4 Os serviços deverão ser executados com acompanhamento técnico, compreendendo aplicações intrafocal e perifocal no que couber em todos os ambientes dos respectivos prédios, tais como: gabinetes, salas, auditórios, escadas, corredores, banheiros, instalações sanitárias, garagens e estacionamentos, depósitos, copas e cozinhas, saguões, mezaninos, hall de entradas, elevadores e fossos, jardins, galerias de esgoto e águas pluviais, áreas abertas das edificações, calhas e rufos do telhado, vão entre laje e telhado, dutos de ventilação dos banheiros e outros locais determinados pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

3.1.5 Haverá aplicações em armários, gavetas, mesas, estações de trabalho, prateleiras (mobiliário em geral), portas e portais, rodapés, caixas de gordura, de energia elétrica e gás, grelhas, ralos e esgotos, lixeiras, equipamentos telefônicos, equipamentos eletrônicos, equipamentos de informática,



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

eletrodomésticos, utensílios, estoques, bem como nas demais áreas, mobiliário, equipamentos e utensílios onde a aplicação seja necessária.

3.1.6 Técnicas de aplicação:

- a. Pulverização (Spray): Emprego de bomba de alta pressão, com pulverização em leque, atingindo 30% de amplitude, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos;
- b. Iscagem: Para controle de roedores e formigas, em toda área intrafocal/perifocal;
- c. Gel: Inseticida à base de hidrometilnona, sulfluramida ou equivalente de qualidade superior, empregado em locais que não podem ser aplicados spray ou líquido;
- d. Serão permitidos outros produtos e técnicas de eficácia comprovada e de alta qualidade e devidamente registrados para uso profissional na ANVISA-MS, conforme a necessidade constatada pela Contratada e previamente aprovadas pela Contratante.

3.1.7 Na execução dos serviços objeto do presente instrumento, deverão ser utilizadas as técnicas de aplicação descritas acima e empregados, sempre, produtos incolores, inodoros, inofensivos à saúde humana, plantas e jardins, eficazes ao combate e ao extermínio dos insetos, roedores e aracnídeos, observados os seguintes procedimentos:

- a. PULVERIZAÇÃO (Spray) – Utilização de produto foto estável, não corrosivo, incolor, baixo odor, ação tóxica de baixo risco ao ser humano, com efeito fulminante de longa eficácia residual;
- b. ISCAGEM – Utilização de produto de efeito anticoagulante, de dosagem única, de segunda geração e à base de Brodifacoum ou equivalente de qualidade superior. Todas as iscas conterão benzoato de denatônio, substância amarga que previne a ingestão humana;
- c. GEL – Utilização de gel americano à base de hidrometilnona, carbamato ou similar.

3.1.8 Caso ocorra mudança física de alguma Unidade após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá realizar o serviço no novo endereço o qual será informada pelo executor.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

Folha N°: 130
Proc. N°: 430.000.739/2016
Rub. AB Mat. N° 28067-5

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

5.1 O valor total do Contrato é de R\$ 5.450,72 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos), nos termos da Lei Orçamentária Anual, Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016 - Publicada no DOU de 15 de janeiro de 2016, devendo ser atendido à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente, enquanto a(s) parcela(s) remanescentes será(ão) custeada(s) à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

5.2 Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses poderão ter seus valores, anualmente, reajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, do IPCA, nos termos do art.4º do Decreto 36.246/2015.

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1 A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- | | |
|----------------------------|------------------------|
| I – Unidade Orçamentária: | 32.101; |
| II – Programa de Trabalho: | 04.122.6003.8517.7897; |
| III – Natureza da Despesa: | 3.90.39; |
| IV – Fonte de Recursos: | 100. |

6.2 O empenho inicial é R\$ 5.450,76 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais e setenta e seis centavos), conforme Nota de Empenho nº 2016NE00776, emitida em 01/06/2016, na modalidade global.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1 O pagamento será efetuado, por meio de depósito na conta corrente, através de ordem Bancária, até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento definitivo e a apresentação da respectiva Nota Fiscal/ Fatura devidamente



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

discriminada, com a informação dos dados bancários.

7.2 Desde que não ocorra nenhum óbice na prestação do serviço por parte da CONTRATADA, o cronograma anual de pagamento do contrato obedecerá ao seguinte termo:

- 1º Aplicação (1º trimestre) = 25% do valor contratado
- 2º Aplicação (2º trimestre) = 25% do valor contratado
- 3º Aplicação (3º trimestre) = 25% do valor contratado
- 4º Aplicação (4º trimestre) = 25% do valor contratado

7.3 A nota fiscal dever ser emitida no valor total dos serviços prestados naquele trimestre e apresentada no mínimo 10 (dez) dias antes do vencimento e será paga conforme a Legislação Orçamentária e Financeira do Distrito Federal vigente e, somente será efetuada mediante confirmação da verificação da regularidade fiscal exigida.

7.4 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

7.5 Será efetuada a retenção dos tributos e das contribuições federais e ou distrital, conforme estabelecido na Lei nº 9.430/96 e alterações, e demais leis locais.

7.6 Para efeito de pagamento, a contratada deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/1990);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

Folha N°: 131

Proc. N°: 440.000.739/2016

Rub. A

Mat. N° 28067-5

IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitido pelo Tribunal Superior do Trabalho (em www.tst.jus.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011, visando à comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

V – Certidão Negativa de Débitos – CND, emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada (Lei nº 8.212/1990);

VI – Certidão de Regularidade com Tributos Federais e Dívida Ativa da União.

CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência

O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, prorrogável no limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA – Das Garantias

9.1 Por ocasião da celebração do contrato, será exigido da Contratada a prestação de uma das seguintes garantias:

I caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II seguro-garantia; ou,

III fiança bancária.

9.2 Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia acima, no percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato (Lei nº 8.666/1993, art. 56, parágrafo 2º), correspondente a R\$ 109,01 (cento e nove reais e um centavo).

9.2.1 A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

9.2.2 Toda e qualquer garantia prestada pela Contratada:

- a. somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;
- b. poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;
- c. ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

9.3 Sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Responsabilidade da Contratante

10.1 O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

10.2 Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, o Distrito Federal deverá:

- a. Permitir o livre acesso às suas instalações quando solicitado pela Contratada, tanto para a realização da vistoria, quanto para a realização do serviço, responsabilizando-se pela abertura e fechamento das salas;
- b. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93 e demais legislação pertinentes;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

Folha N° 132
Proc. N° 410.000.739/2016
Rub. 43 Mat. N° 28064-5

- c. Fiscalizar os serviços, observando-se que a presença da fiscalização do Órgão não elide a responsabilidade da empresa Contratada;
- d. Comunicar a empresa Contratada, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- e. Rejeitar no todo ou em parte a execução dos serviços em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;
- f. Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados;
- g. A Administração designará servidores que farão o acompanhamento e fiscalização dos serviços, sendo ainda responsáveis pela verificação do cumprimento das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I. até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II. comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 A Contratada declarará a inexistência de possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas,



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública.

11.6 É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil na prestação dos serviços objeto desta licitação, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013.

11.7 Além das obrigações legais e regulamentares, a Contratada obriga-se a:

- a. Responder aos questionamentos da Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- b. Apresentar cópia autenticada do ato constitutivo da Contratada sempre que houver alteração;
- c. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.8 Quanto à prestação de serviços:

- a. Fornecer todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pela Contratante sobre os serviços executados, indicando representante para manter contato com a Contratante para o esclarecimento de dúvidas;
- b. A Contratada assumirá inteira responsabilidade técnica pela perfeita execução do serviço contratado, fornecendo todos os materiais, mão-de-obra, equipamentos e transportes necessários à execução dos serviços às suas expensas sem alteração do valor mensal dos serviços;
- c. A Contratada deverá prestar os serviços objeto do presente TR dentro de elevados padrões, empregando e fornecendo produtos de alta qualidade, bem como observar rigorosamente as especificações técnicas e a regulamentação aplicável, executando todos os serviços com esmero e perfeição, refazendo tudo quanto for impugnado pela Fiscalização, quer em razão do material, quer em razão da mão-de-obra;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

Folha N°: 133
Proc. N°: 430.000.739/2016
Rub. 88 Mat. N° 263081-5

d. Executar os serviços com pessoal habilitado e devidamente credenciado, instruindo seus empregados e contratados a tratar os funcionários da Administração com modéstia e respeito;

e. Observar as normas de segurança e proteção do Ministério do Trabalho, fornecendo a seu pessoal equipamento individual de segurança, orientando e fiscalizando seu uso, conforme determinações constantes nas normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, assumindo toda a responsabilidade pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não terão qualquer vínculo empregatício com a Administração;

f. A Contratada deverá comunicar imediatamente ao gestor do contrato a ocorrência de qualquer fato que possa prejudicar a execução do objeto contratado, sob pena de desconsideração do fato posteriormente em eventual justificativa de descumprimento contratual e de responsabilização da Contratada por qualquer dano decorrente do atraso ou da falta de comunicação;

g. Manter materiais, produtos, equipamentos e ferramentas suficientes para o atendimento dos serviços especificados neste Termo;

h. Garantir a eficiência da prestação do serviço por um período de 3 (três) meses entre cada aplicação. No caso de necessidade, a Contratante exigirá a realização de reforço até a obtenção de um resultado eficaz;

i. A contratada deverá observar os procedimentos específicos, bem como empregar produtos e técnicas diferenciadas nas seguintes áreas: refeitório, bibliotecas e copas, utilizando produtos eficientes e adequados nessas instalações, desde que previamente aprovados pelo Contratante. O mesmo processo se aplica quanto à execução dos serviços em equipamentos telefônicos, eletrônicos e de informática;

j. Os serviços corresponderão a 01 (uma) aplicação a cada trimestre, dos produtos especificados no item 3.1.7, totalizando 04 (quatro) aplicações em 12 meses;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

k. Caso se constate ineficácia dos serviços no período de 03 meses da garantia, ocorrerá o reforço até a obtenção de um resultado eficaz, sem qualquer ônus para a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão;

l. Antes da execução dos serviços objeto do presente instrumento, a empresa deverá fazer um mapeamento das instalações com os seguintes objetivos:

- **Determinar as espécies infestantes e o nível de infestação;**
- **Mapear os locais de infestação/pontos de acesso (proteção física do local);**
- **Determinar as áreas críticas, sensíveis e restritas.**

m. Os serviços deverão ser realizados a cada três meses (aplicações trimestrais), sendo iniciados quando da assinatura do contrato, mediante solicitação prévia e obedecerão ao cronograma a ser estabelecido;

n. A empresa contratada deverá propor um cronograma físico, para a execução dos serviços objeto do presente instrumento, contendo especificação dos serviços, locais e períodos de execução, para análise prévia e aprovação da Administração;

o. Os serviços deverão ser executados preferencialmente após o horário normal de expediente das unidades da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (a partir de 19h) ou aos sábados, domingos e feriados, conforme conveniência da Administração;

p. A Administração promoverá o agendamento dos serviços notificando a Contratada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias;

q. A Contratada deverá efetuar os serviços nas Unidades elencadas conforme a especificação da Cláusula Terceira - do Objeto, a cada 90 (noventa) dias no período de 12 (doze) meses e aplicar, se necessário, a pedido do executor do contrato, reforço nos locais onde não foram atendidas a eficiência do produto, sem ônus para a Contratante.

11.9 Constituem, ainda, obrigações da Contratada:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

Folha N°: 534
Proc. N°: 410.000.738/2016
Rub. 8 Mat. N° 28067-5

11.9.1 A empresa deverá ter objetivo social compatível com esta contratação;

11.9.2 Para comprovar a qualificação técnica, a empresa deverá apresentar os seguintes documentos na licitação:

a) Registro da empresa junto ao Conselho Regional do seu responsável técnico, em conformidade com a Resolução - RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009;

b) Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido (s) por empresa pública ou privada, devidamente registrado (s) no Conselho Regional competente, comprovando a experiência da empresa na prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação em características, quantidades e prazos;

c) Comprovar, quando da assinatura do contrato, que possui em seu quadro responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas.

- A comprovação do vínculo profissional será realizada através de Cópia da CTPS, ou da ficha de registro do empregado, ou de contrato de prestação de serviços, ou do contrato social da empresa em que conste o profissional como sócio;

- A empresa deverá comprovar, quando da assinatura do contrato, que o responsável técnico possui comprovação oficial da competência para exercer tal função emitida pelo seu conselho profissional, conforme Seção II, Art. 8º, § 2 da Resolução ANVISA nº 52, de 22 de outubro de 2009.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual

12.1 Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, vedada a modificação do objeto.

12.2 A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

empenho de dotações orçamentárias, suplementar, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/1993, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.1 Das Espécies

13.1.1 As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006 e Decreto nº 35.831/2014, de 19/09/2014:

I. advertência;

II. multa; e

III. suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a. para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais,



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

Folha Nº: 135

Proc. Nº: 410.000.738/2016

Rub. R

Mat. Nº 289067-5

aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b. para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.1.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.2 Da Advertência

13.2.1 A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

- I. pela SUBSECRETARIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e
- II. pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.3 Da Multa

13.3.1 A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- I. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.3.2 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/1993, observada a seguinte ordem:

I. mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II. mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada;

III. mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.3.3 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

Folha N°: 136

Proc. N°: 430.000.739/2016

Rub. 8

Mat. N° 28067-5

equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.3.4 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.3.5 Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I.o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II.a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.3.6 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 13.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

13.3.7 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.3.1.

13.3.8 A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 13.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

13.4 Da Suspensão

13.4.1 A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I.por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela SUBSECRETARIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

II. por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou Internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III. por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV. por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a. apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c. receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento.

13.4.2 São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I. a SUBSECRETARIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório;

II. o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4.3 A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.4.4 O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.5 Da Declaração de Inidoneidade



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

Folha N°: 137
Proc. N°: 410.000.739/2016
Rubrica: [assinatura] Mat. N° 285064-5

13.5.1 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.5.2 A declaração de inidoneidade prevista neste item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.5.3 A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666 de 1993.

13.6 Das Demais Penalidades

13.6.1 As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela SUBSECRETARIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I. suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos;

II. declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.5;

III. aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.4.3 e 13.4.4.

13.6.2 As sanções previstas nos subitens 13.4 e 13.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

III. demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.7 Do Direito de Defesa

13.7.1 É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.7.2 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.7.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

13.7.4 Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I.a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II.o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III.o fundamento legal da sanção aplicada;

IV.o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.7.5 Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no site www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.7.6 Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.2 e 13.3



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

Folha N°: 138
Proc. N°: 40.000.739/2016
Rub. 88 Mat. N° 23067-5

deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8 Do Assentamento em Registros

13.8.1 Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.8.2 As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.9 Da Sujeição a Perdas e Danos

13.9.1 Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.10 Disposições Complementares

13.10.1 As sanções previstas nos subitens 13.2, 13.3 e 13.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.10.2 Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Rescisão amigável

14.1 O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 8.666/1993, mediante manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

14.2 É inexistente qualquer possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos pela empresa contratada, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados desta e a Administração, nos termos do art. 71, § 1º da Lei nº 8.666/1993. (Parecer 016/2015 PRCON/PGDF).



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto nos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Executor e da Fiscalização

17.1 O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, designará, para acompanhar e fiscalizar, representante da Administração, denominado Executor de Contrato, especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

17.2 Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos neste edital e seus anexos, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio do representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

- I. Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;
- II. Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;
- III. Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

Folha N°: 139
Proc. N°: 410.000 739/2016
Rub. 18 Mat. N° 269067-5

17.3 O serviço deverá ser entregue conforme disposto no Anexo I do Edital;

a) será recebido o serviço;

I. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

II. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/1993.

b) após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;

c) o recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

17.4 Se a licitante vencedora deixar de entregar o serviço dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Edital.

17.5 A Contratante poderá a seu exclusivo critério, por conveniência administrativa, dispensar o recebimento provisório dos serviços e produtos, nos termos do artigo 74, inciso II, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Do cumprimento ao Decreto Distrital nº 34.031/2012



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, pelo telefone 0800-6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012). (Parecer nº 330/2014-PROCAD/PGDF).

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma para todos os fins de direito.

Brasília/DF, 13 de julho de 2016.

Pelo Distrito Federal:

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela Contratada:

HUGO FLÁVIO RIBEIRO SILVA

Diretor Comercial e Procurador

Testemunhas:

1.

Nome:

João Carlos G. Ribeiro

CPF/MF:

334.599.401-15

2.

Nome:

Andra Silva Luz

CPF/MF:

694996671-72